

Evento: XXV Jornada de Pesquisa
ODS: 4 - Educação de qualidade

A INSERÇÃO DA TEMÁTICA INDÍGENA NA ESCOLA¹

THE INSERTION OF INDIGENOUS THEMES AT SCHOOL

Fabiane da Silva Prestes², Paulo Evaldo Fensterseifer³

¹ Pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-graduação em educação nas Ciências. PNPd/CAPES

² Doutora em Ciências pela Universidade do Vale do Taquari. Bolsista PNPd/CAPES do Programa de Pós-graduação em Educação nas Ciências. Email: fabianeprestes@gmail.com

³ Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Docente do Programa de Pós- Graduação em Educação nas Ciências da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. E-mail: fenster@unijui.edu.br

Resumo: O ensino da temática indígena no currículo escolar tornou-se obrigatório, no Brasil, a partir da entrada em vigor da Lei 11.645/2008. Apesar do significativo avanço legal, inserir a temática no currículo escolar ainda é um desafio para o educador. Assim, a presente reflexão apresenta uma experiência de desenvolvimento da temática indígena no espaço escolar, a partir de metodologias desenvolvidas em sala de aula e em espaços não-formais de educação. Dessa forma, o objetivo é relatar experiências práticas e fornecer subsídios aos professores, a fim de que práticas homogeneizantes e estereotipadas sem rompidas. Por fim, compreende-se que abordar a questão indígena a partir de princípios ancestrais seja capaz de oportunizar uma educação transformadora e comprometida com a diversidade.

Palavras-chave: currículo, educação, diversidade.

Abstract: The teaching of indigenous themes in the school curriculum became mandatory, in Brazil, after the entry into force of Law 11.645/2008. Despite the significant legal progress, inserting the theme in the school curriculum is still a challenge for the educator. Thus, the present reflection presents an experience of development of the indigenous theme in the school space, based on methodologies developed in the classroom and in non-formal educational spaces. Thus, the objective is to report practical experiences and provide subsidies to teachers, so that stereotyped homogenizing practices are broken. Finally, it is understood that addressing the indigenous issue from ancestral principles is capable of providing opportunities for transformative education and committed to diversity.

Keywords: curriculum, education, diversity.

Introdução

O ensino da temática indígena no espaço escolar tornou-se obrigatório, no Brasil, a partir de 2008, com a entrada em vigor da Lei 11.645/08. Não obstante este avanço legal, a inserção desta temática nos currículos escolares, não está plenamente concretizada. Ademais, a obrigatoriedade de que a mesma seja inserida de forma constante, nem sempre é observada, já que, há pesquisas apontando sobre as dificuldades enfrentadas pelos professores em ministrar o tema, em razão do mesmo representar uma lacuna na formação inicial e continuada e a escassez de materiais didáticos

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 4 - Educação de qualidade

adequados (RIBEIRO, 2012). Ademais, se identifica o sentido generalista e exótico como indígena é evidenciado, desencadeando que a questão indígena somente seja discutida durante o mês de abril, tendo em vista de que o calendário brasileiro de datas comemorativas, institui o dia 19 de abril, como dia do índio.

Nesse cenário, temas relacionados à história e cultura indígena são desenvolvidos de forma eventual, descontextualizada e, muitas vezes, marcada pela negação e preconceito. Assim, diante da compartimentalização do saber, e da organização curricular baseada em disciplinas fechadas, desconexas entre si, acredita-se que a inserção da temática indígena a partir de concepções ancestrais, possa representar uma forma de superação desta fragmentação.

Dessa forma, a presente reflexão compõe um dos resultados do projeto de pesquisa: “O ensino da temática indígena: tecendo saberes a partir dos princípios do *buen vivir*”, desenvolvido em estágio pós-doutoral, na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, que tem como objetivo: propor a implementação da temática indígena no espaço escolar a partir de princípios que fundamentam a filosofia do *Buen Vivir*.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cuja investigação do objeto, levando-se em conta o seu objetivo geral, deu-se por meio de pesquisa exploratória. Os dados foram coletados a partir de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Cumpre destacar que foram utilizados os recursos metodológicos da observação participante e da pesquisa-ação. Desse modo, a pesquisa foi desenvolvida em uma escola pública da rede estadual de ensino. No que tange à observação participante, a pesquisadora integrou-se ao grupo para obter as informações, as quais são registradas em diário de campo.

Resultados e Discussão

O reconhecimento e respeito aos grupos indígenas como sociedades com cultura diferente da sociedade ocidental, deu-se a partir da década de 70, anteriormente, predominava a indiferença, negando-lhes a própria vida ou o caráter tutelar, que os considerava relativamente capazes. Somente em 1988, com a promulgação da Constituição Federal do Brasil, é que os indígenas passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos (CALLEFI, 2003).

Nesse contexto, advieram reivindicações para efetivar os dispositivos constitucionais, em especial no que diz respeito ao direito à educação escolar intercultural, voltada para o fortalecimento das identidades, e o reconhecimento dos saberes tradicionais. Este movimento propulsionou a reforma da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, inserindo as diretrizes para a educação escolar indígena,



Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 4 - Educação de qualidade

posteriormente, o protagonismo deste movimento manifestou preocupação, não só com a efetividade da educação escolar indígena, mas também com a inserção da temática indígena em todo o currículo nacional, como instrumento de superação de preconceitos.

Destaca-se que, a abordagem da questão indígena nos currículos escolares já vinha sendo discutida desde o final da década de 90, oportunidade em que, foram apontadas diretrizes para a inserção deste tema no espaço escolar. Tais propostas visavam romper conceitos pré-estabelecidos por meio da análise de mitos e da cultura material indígena (ORELLANA, 2019).

Em 1997, são lançados os Parâmetros Curriculares Nacionais, reconhecendo a pluralidade cultural brasileira, e a inserindo como tema transversal. A partir de então, a temática indígena passou a ser desenvolvida em sala de aula, pelo viés da transversalidade. Ressalta que, tais parâmetros sugeriram a inserção da temática indígena no espaço escolar, e por não ter um caráter obrigacional, as possíveis e eventuais realizações para provocar uma efetiva mudança nas concepções curriculares foram irrisórias (RIBEIRO, 2012). A obrigatoriedade da pluralidade cultural em âmbito educacional no currículo oficial emergiu a partir da entrada em vigor da Lei 10. 639/03, que promoveu mudanças na LDB, inserindo como obrigatório o ensino da temática afro-brasileira. De acordo com Gomes (2012, p. 105) “[...] a mudança estrutural proposta por essa legislação abre caminhos para a construção de uma educação anti-racista que acarreta uma ruptura epistemológica e curricular”.

Nessa conjuntura, diversos movimentos se uniram para reivindicar, igualmente, a inserção obrigatória da questão indígena. Assim, em 2008, a Lei 11.645/08 entrou em vigor baseada na perspectiva de reconhecimento da diferença, objetivando romper estereótipos e tornar o ensino da temática indígena obrigatório e contínuo (FANELLI, 2018). A referida lei reflete um contexto internacional de afirmação de direitos humanos de grupos que foram historicamente excluídos. Desse modo, no plano jurídico a invisibilidade indígena foi superada, contudo, no plano fático, há muito desafios a ultrapassar, a fim de que, as propostas da legislação tornem-se efetivas. Por tais razões, em 2015 o Ministério da Educação propôs as Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2015).

É nesse contexto que se justifica a pesquisa-ação desenvolvida no projeto de pesquisa “O ensino da temática indígena: tecendo saberes a partir dos princípios do *buen vivir*”, a qual é realizada em uma escola da rede estadual de Santiago, município localizado na região Centro-Oeste do Rio Grande do Sul. A atividade aqui descrita, denominada “Mandala da natureza”, teve como público alvo alunos

Evento: XXV Jornada de Pesquisa
ODS: 4 - Educação de qualidade

do 4º ano do Ensino Fundamental, que compreende uma turma de 26 alunos. Trata-se de um trabalho interdisciplinar que articula ciências da natureza, geografia, história e artes.

A “Mandala da natureza” foi desenvolvida em quatro etapas. Na primeira houve a problematização: apresentação da proposta de trabalho e roda de conversa para perceber os saberes prévios dos alunos sobre a história e cultura indígena, e sobre os coletivos indígenas do Rio Grande do Sul. Na segunda, os alunos foram estimulados a pesquisar sobre os hábitos alimentares dos indígenas Kaingang e Guarani. Na terceira, foi realizada a atividade prática de observação e produção da mandala. Por fim, a sistematização (quarta etapa) ocorreu a partir de produções visuais e discussões reflexivas.

Na primeira etapa houve a apresentação da proposta e uma roda de conversa. Inicialmente, os alunos foram estimulados a expor seus conhecimentos sobre os indígenas do Brasil. Como forma de romper com a visão homogeneizante, foi dito que em 2010 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, realizou o censo população brasileira, e segundo os dados deste instituto, 817.963 mil são indígenas, representando 305 diferentes etnias, além disso, foram registradas no país 274 línguas indígenas (IBGE, 2012). Como forma de romper com estereótipos e práticas discriminatórias, foi transmitido o vídeo: “E tem coisas parecidas?”, produzido Conselho de Missão entre Povos Indígenas – COMIN, no qual uma menina de etnia Kaingang é questionada sobre as diferenças e semelhanças entre indígenas e não indígenas. O vídeo oportunizou que os alunos identificassem essas semelhanças no seu cotidiano, tais como: estudar, brincar, usar internet, etc.

Na segunda etapa foram identificados os grupos indígenas do Rio Grande do Sul, os quais até 2010 eram 18,5 mil indígenas, distribuídos entre os grupos étnicos Guarani, Guarani Mbya e Kaingang. Ademais, a fim de romper com o estereótipo de que o indígena faz parte do passado, foi demonstrado que estes indígenas destas etnias circulam pela região, a fim de vender artesanatos. Essa proposta se justifica porque “[...] fomos educados no interior de um sistema de educação construído a partir de um posicionamento ideológico que procura diluir as identidades indígenas com o intuito de torná-las menos visíveis aos olhos da nação brasileira” (MAHER, 2006, p. 15). Ainda nesta etapa os alunos foram orientados a pesquisar sobre os hábitos alimentares dos povos Kaingang e Guarani, como recurso didático foram utilizados os cadernos da Semana dos Povos Indígenas 2009 – Modo de ser Guarani –*Mbya –Reko Regua*, e da Semana dos Povos Indígenas 2012 – Povo Kaingang: Vida e Sabedoria, ambos organizados pelo COMIN.

A terceira etapa foi realizada em um espaço não-formal de educação: espaço arborizado e antropicamente modificado, que conta com árvores nativas e frutíferas, quadra de esportes e horta.

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 4 - Educação de qualidade

Inicialmente os alunos foram estimulados à percepção da biodiversidade existente no local. Posteriormente, os alunos coletaram sementes, grãos, folhas e legumes tradicionais na cultura Kaingang e Guarani. Na mesma atividade, foram apresentadas as técnicas de caça e coleta, tradicionais na cultura indígena.

Na sequência, foi montada uma mandala (considerada um círculo mágico de concentração de energia, sendo símbolo de integração e harmonia) composta pelos seguintes elementos: folhas de mandioca (*Manihot esculenta*), pinhão fruto da Araucária (*Araucaria angustifolia*), milho (*Zea mays*), folhas de batata doce (*Ipomoea batatas*), flores de marcela (*Achyrocline satureioides*) e caraguatá (*Bromelia pinguin*).

Esta etapa por conter uma integração entre teoria e prática, de modo diferenciado das aulas tradicionais, possui os mesmos objetivos de uma oficina pedagógica, portanto o conhecimento se constrói: “[...] por um processo ação-reflexão-ação, o qual permite uma validação coletiva, indo do concreto ao conceitual e novamente do conceitual ao concreto, não de forma reprodutiva, mas criativa, crítica e mesmo transformadora” (MEDIANO, 1997, p. 107).

Cumprido destacar que, alguns destes elementos foram introduzidos, previamente, no local da atividade, haja vista de que, dificilmente, seriam encontrados no contexto urbano. Esta atividade tem como base os princípios da ancestralidade, prevalência da vida, harmonia com a natureza e tempo cíclico, os quais são pressupostos da filosofia indigenista/*Pachamanista*, do *Buen Vivir*.

Na quarta etapa, houve a sistematização dos conteúdos, os alunos elaboraram produções visuais e refletiram sobre os conhecimentos adquiridos no decorrer da atividade. Assim, “[...] são vivenciados e realizados trabalhos que conferem visibilidade ao que era considerado invisível, trabalhos e vivências que trazem à tona questões anteriormente apagadas e desconsideradas de nossa história, de nossa cultura e de nossa ancestralidade” (BERGAMASCHI; GOMES, 2012, p. 67). Nesse sentido, após a finalização desta atividade, os alunos tiveram a oportunidade de expor o material produzido no hall da 17ª Semana Nacional de Museus, realizada pelo Museu Pedro Palmeiro, em Santiago/RS.

Conclusão

Diante do exposto, evidencia-se que no Brasil, o reconhecimento dos indígenas como sujeitos de direito é recente, do ponto de vista histórico, haja vista de que, por 488 anos seus conhecimentos e contribuições para a construção social do país foram desprezados. Somente em 2008, a temática indígena tornou-se obrigatória no currículo escolar. Contudo, apesar de ser um avanço jurídico, a

Evento: XXV Jornada de Pesquisa
ODS: 4 - Educação de qualidade

legislação não vem sendo colocada em prática.

Os professores enfrentam dificuldades para ministrar o tema em sala de aula, tanto pela lacuna na formação inicial quanto pela ausência de materiais didáticos adequados, o que corrobora para que haja a perpetuação do indígena em sentido generalista e exótico, cuja abordagem se dá no mês de abril em decorrência do dia do índio. A fim de contribuir para a instrumentalização do professor, o projeto “O ensino da temática indígena: tecendo saberes a partir dos princípios do *buen vivir*”, propõem implementar o ensino da temática indígena de forma interdisciplinar, a partir da articulação da entre o tema e os princípios da filosofia ancestral indígena.

Nesse sentido, a pesquisa principal se desenvolve pelo método da pesquisa-ação e da observação participante. Diversas atividades foram desenvolvidas nesta escola do interior do Rio Grande do Sul, quais sejam: rodas de conversa com professores, observações e atividades com professores e alunos, dentre estas, a experiência aqui descrita, que interconecta diferentes áreas do saber: geografia, ciências, história e artes.

A atividade se mostrou eficaz como forma de implementar a temática indígena no espaço escolar, numa proposta não-eventual, mas que pode ser difundida em outras oportunidades no decorrer do ano letivo. Por fim, destaca-se que a questão indígena foi trabalhada sob a perspectiva de uma ação educativa, com objetivo de romper preconceitos, expressando o comprometimento da escola com a diversidade, o reconhecimento e o respeito.

Referências

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. GOMES, Luana Barth. **A temática indígena na escola: ensaios de educação intercultural.** Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 53-69, 2012.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Demográfico 2010: Características gerais dos indígenas.** Rio de Janeiro, RJ, 2012. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_dos_Indigenas/pdf/Publicacao_completa.pdf>. Acesso em: 15 jan 2020.

CALEFFI, Paula. O que é ser índio hoje? A questão indígena na América Latina/Brasil no início do século XXI. In: SIDEKUM, Antônio (org.). **Alteridade e multiculturalismo.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2003. p.175-206.

CONSELHO DE MISSÕES INDÍGENAS. [Site institucional]. **Publicações.** Disponível em: <http://comin.org.br/publicacoes>. Acesso em jan de 2020.

FANELLI, Giovana de Cássia Ramos. A lei 11.645/08: história, movimentos sociais e mudança

Evento: XXV Jornada de Pesquisa

ODS: 4 - Educação de qualidade

curricular. 2018. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012.

MAHER, Terezinha Maher. Formação de Professores Indígenas: uma discussão introdutória. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. (Org.). **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias. Brasília**, 2006. (Coleção Educação para todos).

MEDIANO, Zélia. A formação em serviço de professores através de oficinas pedagógicas. In: CANDAU, Vera Maria. Org. **Magistério: construção cotidiana**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

ORELLANA, Aly David Arturo Yamall. A produção acadêmica em Educação Escolar Indígena no Brasil: autorias, tendências e perspectivas -1980 a 2017. 150 f. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

RIBEIRO, Moacir Ferreira. Formação de professores e temática indígena: uma história de hibridismo cultural. 151f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação: História, Política e Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

Parecer CEUA: 48945315.0.0000.5350